

A INVISIBILIDADE DOS BEBÊS COMO SUJEITOS DE DIREITO NA LEI E NOS PROGRAMAS DE COMBATE ÀS UNIÕES PREMATURAS E GRAVIDEZ PRECOCE EM MOÇAMBIQUE

THE INVISIBILITY OF BABIES AS SUBJECTS OF RIGHTS IN THE LAW AND IN PROGRAMS TO COMBAT PREMATURE UNIONS AND EARLY PREGNANCY IN MOZAMBIQUE

Marina Di Napoli Pastore*
Flávia Pires**

Introdução

No editorial do dossiê “Antropologia dos bebês e de suas cuidadoras”, publicado em 2019 na revista *Áltera*, Carvalho *et al.* (2019, p. 6) escreveram que “se, na história da antropologia, a infância tem sido recorrentemente percebida como folha em branco sobre a qual a marca da sociedade e da cultura viria se imprimir, essa percepção é, se cabe, mais aguda no caso dos bebês”, denunciando que sua existência “costuma ser apreendida a partir das noções de falta e de irracionalidade” (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 6). Neste artigo, arriscamos afirmar que não apenas nos estudos essas

noções costumam ser representadas, ou invisibilizadas, mas também nas práticas.

Num tom de ensaio, ainda por ser debucado e aprofundado, este artigo baseia-se na experiência de campo e de prática de uma das autoras para dar vazão a um cenário comum em Moçambique: crianças (meninas) que têm bebês. Mais do que isso, trazer para o cerne da discussão a existência desses bebês dentro da participação dessas meninas em programas humanitários, como o Capoeira Para um Futuro, e as formas de adaptação para que a participação e presença dos bebês não seja ignorada, mas que constitua parte ativa da transformação social de que se pretende.

* Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA), Maputo, Moçambique. Email: marinan.pastore@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5924-8719>.

** Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. E-mail: ffp23279@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0572-3542>.

Ao longo dos anos, os estudos das infâncias têm caminhado na direção de abertura de campos e realidades que, num paralelo aos avanços tecnológicos, sociais e políticos, abrangem contextos e estruturas sociais distintas que englobam diferentes culturas, gerações e infâncias, porém, ao se falar, escrever, pensar e pesquisar sobre bebês, especialmente em países africanos, ainda há uma lacuna a ser reconhecida e questionada: sua representatividade. Em sua grande maioria, as referências aos bebês se relacionam aos números de nascimentos e mortalidade, índices de saúde-doença ou outras fontes que remetem às faltas e problemas, e não enquanto sujeitos de direito.

Em países africanos, a compreensão da criança como sujeito de direito e agente ativo em sua história tem começado a ser observado, descrito e pensado nos anos recentes, em torno da última década com mais representatividade. Em um dossiê proposto por Afua Imoh, Peace Mamle Tetteh e Georgina Yaa Oduro (2022), intitulado “Searching for the everyday in African childhoods”, os textos abordam o cotidiano das crianças, seus fazeres e modos de vida que vão além das visões reducionistas exploradas *ad infinitum* pela mídia e pela academia. A virada de chave introduzida pelos autores passa pelo fato de que escrever sobre crianças africanas significa realizar pesquisas que estejam de acordo com suas realidades, dificuldades e contextos. O dossiê propõe uma visão a partir de dentro das infâncias africanas, algo que só pode ser feito com pesquisa de campo séria e comprometida com essas populações. Os pesquisadores questionam as visões externamente impostas e dominantes sobre as crianças africanas. Com isso, ela abre espaço para a necessidade de produzir pesquisa que tenha em mente a melhoria das

condições de vida da população, através de políticas sociais.

É importante interrogar, investigar e lançar luz sobre os desafios que muitas crianças enfrentam na região, as razões por trás desses e, possivelmente, indicar intervenções necessárias para melhorar os resultados para as crianças e suas famílias. De fato, influenciar a política social local ou globalmente deve ser entendido como uma motivação primária por trás de tais representações das infâncias africanas (IMOH et al, 2022, p. 2, tradução nossa).

Moçambique ocupa o 7º lugar em uniões prematuras a nível global, e o 4º em África (UNICEF, 2022). Estima-se que, a cada 2 meninas, 1, 1 passou por esse tipo de situação (o que significa mais de 50% das meninas moçambicanas), entre 14 e 18 anos de idade, tendo como consequência também a gravidez precoce. A pergunta que nos instiga neste momento é: onde e como estão os bebês dessas meninas? Temos estudado, ao longo desses anos, sobre participação de crianças moçambicanas em suas rotinas e brincadeiras e, até mesmo, o agenciamento das estruturas de poder, em pesquisas etnográficas desenvolvidas em diversas regiões do país (PASTORE, 2018, 2020, 2022; PASTORE; BARROS, 2015, 2016, 2018; PASTORE; PIRES, 2020). Em 2023, mais uma realidade da experiência de infância de parte das crianças moçambicanas passa a ser observada por uma de nós: a das crianças que têm bebês. E, ao pensarmos nas crianças e jovens que já são mães, nos questionamos: em que ponto elas são compreendidas, pensadas, e até mesmo vistas? Como são compreendidas dentro desses estudos? E os seus bebês, são considerados dentro das políticas ou viram apenas estatísticas?

Neste artigo, visamos abordar a situação dos bebês frutos de uniões prematuras, ao norte de Moçambique, a partir de um programa que integra o escopo nacional e global, dentro do End Child Marriage de combate a essas uniões, chamado “Capoeira Para um Futuro” (CFF - Capoeira For a Future), e dos dados etnográficos produzidos na província da Zambézia, no centro de Moçambique, numa reflexão baseada em algumas autoras da antropologia, da educação e áreas de interface, construindo abertura de diálogos possíveis para produção de políticas sociais. O texto, aqui brevemente introduzido, conta com uma contextualização do programa e lei de combate às uniões prematuras, dados etnográficos, análise e discussão dos mesmos, e conclusões finais.

1. Lei de prevenção e combate à união prematura e programas sociais associados: uma breve contextualização de Moçambique

Moçambique é signatário da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (desde 1989) e define, dentro de sua legislação, que todo indivíduo dos 0 aos 18 anos de idade é considerado criança, ou seja, é uma definição cronológica. Porém, a política da juventude em Moçambique, apoiada pela African Youth Charter, assinada em 2007 e ratificada em 2008, define como jovem um indivíduo no grupo etário dos 15 aos 35 anos (Ministério da Juventude e Desportos, 2012). Os dois grupos etários (adolescentes e jovens) sobrepõem-se nas idades dos 15 aos 19 anos, onde um adolescente passa a ser definido (em termos cronológicos) como um jovem. Há uma confusão entre as políticas moçambicanas e suas definições oficiais, que ora entendem as meninas até os 18 anos como crianças, e ora como adoles-

centes a partir dos 15. De qualquer modo, seguindo a declaração oficial da Constituição da República de Moçambique, adotaremos o termo “criança” para as meninas até os 18 anos de idade.

Em 2016, durante o Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da qual Moçambique é membro, foi desenvolvido e aprovado um modelo de lei sobre casamento prematuro. Em 2019, Moçambique aprova a Lei De Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, que passa a vigorar em outubro do mesmo ano. É importante salientar que “quase 40% das crianças são forçadas a ter uma relação marital antes de atingirem os 18 anos de idade, em pelo menos cinco países na região da SADC” (ROSC, 2023, p. 3). Segundo o Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança - ROSC (2023), a taxa média nacional é de 48% de adolescentes em uniões prematuras, e de 14% antes dos 15 anos de idade.

Os casamentos prematuros levam a “grave(s) violações dos direitos humanos das crianças”, como: i) altas taxas de desistência escolar; ii) altas taxas de mortalidade materna e infantil; iii) fistula obstétrica nas meninas e mulheres jovens; iv) violência contra as meninas; v) pobreza; vi) infecção de transmissão sexual; vii) desnutrição crônica, apontando para “perdas na área do desenvolvimento do capital humano, do desenvolvimento social, político, econômico e financeiro” (ROSC, 2023). É relevante notar que nenhuma das violações apontam para a gravidez precoce, os bebês nascidos ou a relação materna para além da natalidade, ou seja: os bebês parecem não ser vistos perante as políticas sociais destinadas a este programa global. Cabe destacar, aqui, que em Moçambique optou-se pelo termo “uniões prematuras” ao invés de “casamen-

to prematuro” ou “casamento infantil”. Este fato se deve por haver um entendimento de que casamentos são legalizados e realizados perante um órgão civil, e essas uniões são consideradas ilegais, não possuindo valor legal perante o Estado. Por isso, a utilização deste termo.

No bojo da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, Moçambique passa a integrar, também, o Programa Global pelo Fim das Uniões Prematuras (Global Programme to End Child Marriage). Este programa foi lançado em 2016, numa parceria entre UNICEF e UNFPA e governos. O objetivo do programa, a nível global, é o de combater o casamento infantil em 12 dos países com maior prevalência: Bangladesh, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Índia, Moçambique, Nepal, Níger, Serra Leoa, Uganda, Iémen e Zâmbia.

As ações em nível nacional são desenvolvidas localmente, seguindo um padrão global, em fases de ações. Neste momento, Moçambique está a caminho da terceira fase do programa, que prevê o cuidado e apoio a essas meninas, com foco no resgate, atenção psicossocial e continuidade de acompanhamento, na intersetorialidade e em diversas esferas, como educação, saúde, assistência social e esporte, sendo o programa Capoeira para um Futuro (CFF) um deles.

2. Programa Capoeira para um Futuro

Segundo o Parlamento Jovem Brasileiro, a capoeira é um símbolo de combate e resistência, que faz parte da identidade cultural brasileira, sendo reconhecida mundialmente como prática que une o esporte e a arte:

A capoeira surgiu como resposta à violência à qual os escravizados eram submetidos em tempos coloniais e imperiais

no Brasil. A partir de golpes e movimentos corporais ágeis, a luta permitia que eles se defendessem das brutais perseguições dos capitães do mato, cuja atribuição era capturar quem havia fugido (A HISTÓRIA..., 2021, n.p.).

Para Joana Vasconcelos, diretora do Programa Capoeira para um Futuro, o objetivo principal do CFF é trabalhar com as meninas e adolescentes resgatadas de uniões prematuras, utilizando-se da capoeira como importante instrumento para a mediação, empoderamento e transformação das realidades até então vivenciadas por aqueles corpos. O projeto metodológico consiste, numa primeira fase, com a duração de 9 meses, em uma intervenção psicossocial ao longo do processo. Nos momentos iniciais de implementação em cada localidade, é realizada uma intervenção de apoio psicossocial pela terapeuta ocupacional que é também uma das pesquisadoras do programa e redatoras deste texto. No período de um mês, foi realizado o trabalho de campo para coletar informações precisas das participantes, da comunidade e da vila principal, dos moradores e da forma como o instrutor de capoeira daria as aulas e suas dinâmicas. As informações foram produzidas em encontros com a comunidade, em espaços abertos, direcionados por Joana Vasconcelos, gestora e mestrandia de capoeira, responsável pelo Programa CFF, na companhia dos líderes comunitários, das meninas e de seus familiares, a fim de esclarecer dúvidas e fazer um mapeamento das principais demandas da região em torno da problemática das uniões prematuras.

Para nossa surpresa, deparamo-nos, em uma das comunidades, com a seguinte situação: de 36 adolescentes que frequentavam a capoeira, entre 14 e 18 anos de ida-

de; 22 delas tinham bebês em seus colos, e 2 estavam grávidas. A metodologia desenvolvida e pensada, até aquele momento, não envolvia os bebês, uma vez que não havíamos recebido a informação de que as meninas e adolescentes pudessem estar grávidas e com filhos nos braços, nas costas ou nos seus peitos. A informação que tínhamos e a metodologia pensada até aquele momento, sugeria um trabalho gradual, de movimentos em níveis de dificuldade mais baixo, e de acordo com a mobilidade daqueles corpos, a ser realizado com meninas e adolescentes. Bebês não foram mencionados. A presença desses bebês, com certeza, afetava dramaticamente a dinâmica do aprendizado da capoeira, e precisavam ser incluídos.

Se há uma invisibilidade dentro desses programas e leis, no espaço público os bebês se faziam presentes. A invisibilidade política, embora visível aos olhos de quem estava ali, também se refletia na invisibilidade pública. Nossa sugestão é de que a invisibilidade política dos bebês se vê refletida na dificuldade da academia e na reflexividade dos programas e políticas sociais de enxergá-los de um ponto de vista que ultrapasse o paradigma médico e sanitário: os bebês são invisíveis enquanto sujeitos sociais para a academia e para as políticas públicas.

Pensar os bebês como sujeitos sociais de direitos, que contribuem para a construção da sociedade, é uma tarefa que a antropolo-

gia tomou para si desde os tempos, hoje clássicos, de Margaret Mead (MEAD; BATESON, 1962; MEAD; MacGREGOR, 1951). Esta autora é reconhecida mundialmente pela obra em que tratou os ciclos de vida, em especial os estudos sobre adolescência. Todavia, seus esforços para compreender as crianças pequenas ao mesmo tempo que é inovador do ponto de vista dos estudos das/sobre/e com crianças, continua sendo fundamental para a expansão das fronteiras metodológicas da pesquisa antropológica, através do uso da imagem. Mais recentemente, Alma Gottlieb revela a sociedade Beng (localizada no oeste da África) através dos bebês, abrindo (ou reabrindo) uma porta de análise antropológica através dos bebês (GOTTLIEB, 2004, 2009; GOTTLIEB; DELOACHE 2016). Outras áreas de pesquisa tradicionalmente já se dedicaram a compreender os bebês: a psicologia e a educação.

Vale ressaltar que, hoje em dia, a metodologia antropológica, entendida como pesquisa de campo etnográfica¹, é largamente usada no Brasil pelos nossos colegas das áreas citadas, formando um arsenal de pesquisas etnográficas que permitem conhecer muitas infâncias e crianças (DE SOUZA SALUTTO DE MATTOS, 2021; TEBET, 2019). Tal como nos ocorreu a partir de um momento imponderável na pesquisa de campo, esperamos contribuir com o reconhecimento dos bebês enquanto atores e

1 Não se trata, obviamente, da compreensão da etnografia como exclusividade da pesquisa antropológica clássica, como é o tom do livro incontornável de Marisa Peirano, *A favor da etnografia* (1995), mas de um entendimento da etnografia como técnica metodológica, largamente utilizada em faculdades de educação, psicologia, sociologia, dentre outras áreas. Entretanto, Peirano não defende que a etnografia seja exclusividade da pesquisa antropológica: o que ela defende é a necessidade de compreensão do contexto de surgimento da etnografia e das problemáticas que a tornaram numa ferramenta teórico-metodológica importante para os antropólogos.

sujeitos sociais e não apenas seres do vir a ser, a partir de um momento imponderável na pesquisa de campo. Que fique claro que nosso objetivo inicial era de trabalhar com as meninas em uniões prematuras, mas nessas relações os bebês emergiram como sujeitos presentes, transformadores e importantes nesse processo.

3. Entre gingas e nenecas²: os bebês dentro da capoeira

Parafraseando Tavano (2009), citada por Salutto e Nascimento (2019, p. 16), “cada coisa tem um jeito de começar. Têm muitas coisas que começam só por causa de uma vontade”. Essa discussão começa assim: com vontade de fazer emergir a presença dos bebês moçambicanos que integram e atuam junto às suas mães no programa Capoeira para um Futuro. Através de cenas narrativas, etnográficas, de momentos dos encontros, abordaremos a forma como os bebês surgem na prática do programa e adaptações que a equipe teve que lidar e, mais que isso, as reflexões que emergem a partir das vivências.

Era uma quinta-feira à tarde, dentro de uma das salas da Escola Primária da vila onde nos encontrávamos, quando o programa do CFF começou. Junto à mestra Alessandra e os dois instrutores Lua Alta e Coca-Cola³, cerca de 22 meninas se aproximam. Todas vindas da mesma comunidade, sentadas no mesmo chão e com um cenário

que nos espantou: todas carregavam consigo um bebê nas costas, envoltos numa capulana⁴, com exceção de uma, que carregava 2, gêmeos. Entre idade de 1 a 6 meses, em sua maioria, os bebês dormiam, choravam ou olhavam curiosos ao que acontecia ali; um dos bebês, uma menina, que já engatinhava, chegou perto dos nossos pés, olhou e chorou. O riso tomou conta daquela sala que, num tom de alegria e desespero, tomou conta também de nós: que dinâmica era aquela que começava a ser desenhada e para a qual não tínhamos nos preparado? Como começar e seguir o trabalho que se iniciava naquele instante e duraria por mais 9 meses? Quantos outros bebês nasceriam? Como seriam as aulas, o acompanhamento, o desenrolar desse projeto?

Eram muitas perguntas, nenhuma resposta. A nossa única certeza é que teríamos, a partir daquele momento, 22 adolescentes e 23 bebês, nas aulas de capoeira. Naquele momento, só nos restava observar aquele cenário novo com o qual nos deparávamos, e tentar pensar meios de fazer a capoeira e as discussões temáticas ocorrerem sem excluir os bebês. Imaginar foi fácil, executar nem tanto... Havia obstáculos: a dinâmica entre mães e bebês que, ao escutarem a musicalidade ou mesmo as diversas vozes, acordavam e choravam; nos movimentos que se fazia, ter que se adaptar por não serem possíveis movimentos em que as adolescentes iam para o chão ou ficavam de costas para o chão, por terem os bebês

2 *Neneca* é o termo utilizado para se referir ao ato de envolver com um pano ou tecido (capulana) o bebê nas costas, permitindo que a pessoa que o faz possa desenvolver as mais variadas atividades com o bebê amarrado em si.

3 Na capoeira, os nomes atribuídos são como apelidos que se ganha para identificar a pessoa como capoeirista. Geralmente, é escolhido pelo mestre, contramestre ou instrutor. Pode ser algo que se refira a uma característica da pessoa ou algo que faça com que se lembre dela.

4 Tecido típico moçambicano.

pendurados em suas costas, nas nenecas, entre outros.

Quando questionamos às meninas como elas faziam com os bebês no período da escola, a maior parte respondeu: “- Já não vamos à escola”. Essa fala condiz com a estatística vinculada ao abandono escolar de crianças moçambicanas, em sua maioria meninas – 53% das crianças até os 18 anos abandonam os estudos, sendo 48% deste número por conta de gravidez precoce (INE, 2017; UNICEF, 2020). Cabe ressaltar que, embora o foco deste artigo seja abordar as questões dos bebês advindos da gravidez precoce e uniões prematuras, o abandono escolar em Moçambique, nessas realidades, geralmente é frequente e normalizado: muitas avós deixaram de ir à escola, bem como mães e, agora, as adolescentes. O ciclo da falta de acesso e violências se repete e, mesmo tendo sido considerado uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2023, continua sendo um grande desafio no país.

Uma das políticas adotadas no país era, até início do ano de 2018, que adolescentes que engravidassem deveriam passar os estudos para o período noturno, com a ideia de que, se estivessem no mesmo turno das demais, passariam uma imagem de que engravidar era “normal”:

“O cenário atual é diferente”, disse o porta-voz, “a sociedade agora pensa de forma diferente. Temos que acompanhar a nova visão, pensamentos, realidades e condições de aprendizagem que não tínhamos em 2003. Hoje temos meios de manter as meninas grávidas na escola durante o dia, e uma delas

é o ensino à distância” (MOÇAMBIQUE..., 2018, n.p.)⁵.

Um outro ponto importante é que estudantes não têm direito à licença maternidade, um direito reservado apenas às mães trabalhadoras formais, por um período de 3 meses. Quando as mães não são consideradas nos direitos, paralelamente não consideramos os bebês e a relação importante com as mães nesse período. Ora, se as políticas de primeira infância consideram os bebês de 1 a 60 meses, não considerar o cuidado integral é desconsiderar que a infância possa pertencer aos bebês, principalmente filhos de crianças e adolescentes.

Alma Gottlieb (2009, p. 313), afirma que “em quase toda a literatura antropológica os bebês são frequentemente negligenciados, como se estivessem fora do escopo tanto do conceito de cultura quanto dos métodos da disciplina”. Dentro das ações realizadas pelo projeto de capoeira, percebemos que não é só na literatura que isso ocorre, mas na prática também. Foi preciso reconhecer esses bebês como pessoas presentes ali.

Com o passar dos encontros, o número de mães com bebês aumentou chegando a um total de 48 meninas: 36 vinham com bebês, ou seja, 75% do nosso grupo tinha e vinha com seus bebês; deste grupo, apenas 3 continuaram os estudos. Ao compreender que um dos principais motivos que faziam as meninas abandonarem a escola era a impossibilidade de estarem com os bebês, decidimos que, no nosso programa, o cenário teria que ser diferente: os bebês, tal qual as crianças e adolescentes, se fariam presente. A dinâmica passou, então, a ser pensada

5 Embora a revogação tenha ocorrido oficialmente em 2018, essa prática só começou no ano de 2023, por conta das restrições ocorridas em ocasião da pandemia de Covid-19 e a interrupção de aulas. Mesmo assim, o número de meninas que continuam a estudar depois de terem seus bebês ainda é reduzido.

nessa interação entre bebês, mães, crianças e adolescentes, e nós, adultos.

Foi logo no primeiro dia de aula do projeto que entendemos que a capoeira seria mais que uma ferramenta: ela seria um encontro, pautado em desafios e aberturas com o outro que, por sua vez, carregava consigo um bebê. Sem englobar esses outros numa abordagem conjunta, não estaríamos trabalhando com aqueles corpos, mas inviabilizando suas potências dentro de limitações e exclusões.

A mestra Maria Luísa Neves nos provoca, em sua dissertação intitulada *Copo de veneno: reflexões sobre corpos de capoeira na práxis educacional de Frederico José De Abreu*, com a seguinte prerrogativa:

Um corpo-capoeira no período de escravidão ou no início do séc. XX – momento que reforçou os alicerces da sustentação da desigualdade social criada, alimentada e aumentada por este modelo de dominação – expressava a resistência do trabalhador, que diante de toda opressão e desumanização se ‘mantinha humano’, encontrando, nessa premissa, brechas para além da resistência a um miserável dia a dia. Criavam caminhos para uma reconexão com sua existência, sua ancestralidade, obtendo a façanha de se autorizar praticar, criar e recriar, inclusive, os ritos e festejos de se ser e saber pessoa. (NEVES, 2021, p. 23-24).

Ao pensarmos na necessidade de ampliação do debate que, segundo nos provoca Salutto e Nascimento (2019, p. 17) “tome o bebê a partir de suas especificidades, seus modos próprios de se comunicarem com o mundo (processos de subjetivação, relações, expressões, linguagem, manifestação dos desejos e necessidades), de se relacionarem com o entorno (espa-

ços, materiais, outras pessoas, tempo, ritmo, cultura, sociedade)”, deparamo-nos com a presença desses corpos que ocupam o mesmo ambiente do espaço da capoeira e que nos provocam a remodelar uma prática estagnada e fixa de trabalho que não inclui a eles, mas que, no momento da ação, nos desperta para tal, “de modo a enfrentar a invisibilidade que o discurso genérico e tangencial sobre o bebê tem sido pautado na agenda política” (GOBBATO; BARBOSA, 2017 *apud* SALUTTO; NASCIMENTO, 2019, p. 17), indo para além agendas e se concretizando na prática-ação.

Um corpo-capoeira de uma menina-mãe recém-chegada naquele espaço, tido como um dos únicos lugares de cuidado, que carrega consigo um bebê na neneca (costas), está livre das amarras do colonialismo e escravidão? Este bebê, invisibilizado nas políticas, no cuidado e nas possibilidades de se estar, é um bebê que nasce livre de um histórico de abuso, tanto de um passado ainda presente, como de um presente tão vivo? A verdade estava escancarada em nossas caras: ou se fazia uma revolução naqueles corpos e incluíamos os bebês, ou as meninas continuariam sendo mães que carregam seus filhos, sem serem compreendidas como pessoas de verdade, meninas e bebês, e continuariam sem lugar e sem espaço na sala, no ambiente, no fazer e no estar.

As primeiras aulas foram pensadas para ser ponte entre nós e as meninas. Percebemos, todavia, que entre nós e elas havia bebês em suas capulanas amarradas nas costas, compondo os cenários. Foi no segundo encontro, num sábado ensolarado, que as meninas nos esperaram embaixo de uma árvore, a se cobrir do sol: foi naquele momento que percebemos que os bebês não apenas acompanhavam suas mães, mas estavam ali como participantes.

Junto à mestra Alessandra, fizemos uma roda para contar a história da capoeira – de onde surgiu, como surgiu, os objetivos, e como pensamos na capoeira para mediar os vínculos que poderiam ser ali estabelecidos. Ao colocarmos as imagens no chão e começarmos com a contação, o cenário mudou: bebês que antes estavam dormindo começaram a se mexer, choros tímidos iam ficando mais fortes e uma agitação tomou conta da sala. Estariam os bebês assustados com nossa voz? Seria o caso de falar mais baixo? O que estava acontecendo?

A verdade é que os bebês não queriam estar nas costas, mas na frente: moveram-se, olharam, se interessaram, fixaram os olhares, riram. Um dos bebês, de uns 9 meses, saiu do colo de sua mãe e atravessou a sala, indo em direção às imagens que representavam a história que contávamos. Agarrou a mais colorida, pôs na boca e riu. O riso, que contagiou a todos, nos fez rever as posições corporais tanto das meninas como as nossas, bem como da disposição das imagens. A história contada sobre a capoeira não foi para as meninas do projeto, apenas, mas para o público que estava ali, participando, intervindo, assistindo.

Neves (2021) nos faz refletir sobre a capoeira e como o público ao redor também compõem o cenário da sua arte. Ora, poderíamos pensar, então, a concepção dos bebês também como parte dessa ambientação no corpo coletivo e do jogo que vai se formando, como apontado abaixo:

Podemos destacar que um pilar da capoeira era – e é – o jogo. As disputas do corpo em (inter) ação, num ambiente bruto, onde esses corpos que se expressavam espelhavam esse ambiente. Nesta ‘ambientação rude’, a partir da ação de seus participantes que necessitavam mantê-la, e, portanto, transmiti-la, num

período em que a capoeira e seus (e suas) praticantes sofriam com imenso escárnio social e perseguição, revela-se um outro pilar, agora de um corpo coletivo que agia de forma coesa e que intencionava a resistência e propagação desse saber (NEVES, 2021, p. 26)

Esta citação de Neves (2021) nos faz pensar em como aquele momento de contação de uma história de um passado perverso e de resistência se transformou numa libertação de risos e de reinterpretação dos corpos e do ambiente. A autora nos fala sobre um “corpambiente”, numa junção entre corpo e ambiente como o jogo da capoeira se faz. Ao vivenciar esse momento, poderíamos pensar que o jogo da capoeira começa nessa interação e percepção do bebê como parte integrante do estar ali.

Nesta reflexão, nosso objetivo não é o de institucionalizar os corpos dos bebês ou a prática, mas de pensar em como uma ação marginalizada com eles pode transformar-se numa perspectiva que passe a “privilegiar ou priorizar os bebês” (BUSS-SIMÃO *et al.*, 2015, p. 105).

Depois dessa interação e validação dos bebês, principalmente do que engatinhou até a fotografia e fez com que todos rissem, de maneira compartilhada, a metodologia repensada passou a pensar não apenas nesses corpos presos, mas na liberdade de movimentos e expressões que englobavam a presença dos bebês e suas participações.

Ao iniciar as aulas em si, começamos com movimentos que faziam o corpo “flutuar”, como um balanço que nos permitisse sair da concretude da posição ereta e movimentar do jeito que o corpo quisesse – corpo esse que levava consigo outro corpo, que também se movimentava. E assim as aulas foram seguindo, em movimentos de soltura de braços, gíngua, canto e musicali-

dade, não excluindo os bebês e considerando a liberdade e autonomia tanto das mães quanto deles.

O instrutor Coca-Cola optou, em suas aulas, por fazer uma divisão entre as meninas: metade fazia o exercício enquanto a outra metade ficava com os bebês e, depois, trocavam. “Eu mesmo fico com bebê. Não tenho medo de segurar bebê de ninguém. Eu falo para me darem, elas fazem o exercício, elas riem, eles riem, eu também fico feliz. Assim, fazemos capoeira”, disse ele. Em um outro diálogo, sobre uma das comunidades, o instrutor referiu outro cenário: “[...] as mães das meninas passaram a vir. Aí elas, avós, ficam com os bebês lá fora e, quando eles choram, elas entram na sala, as meninas dão de mamar e voltam. Isso, para mim, é o maior presente: a comunidade toda a acolher o projeto”.

Salutto (2020, p. 2) afirma que “a presença dos bebês torna possível tanto a reinvenção quanto a continuidade das sociedades”, e nos faz um questionamento: quais dimensões dos contextos que acolhem e circundam os bebês nos seus inícios são conhecidas e tomadas como parte da construção da própria tessitura social? As falas do instrutor nos dão mais uma pista interessante sobre como perceber e marcar a presença dos bebês é importante: o pacto geracional é reafirmado através da responsabilidade pelos bebês assumidas de modo coletivo, ou pelo menos, um coletivo de mulheres.

Ploennes (2014), citado por Salutto (2020), discute sobre o fato de, na maioria das sociedades, não se incluírem os bebês como prioridade num debate estrutural, restringindo seu acesso e espaço de estar com

a família e a casa. Quando incluímos os bebês também nas dinâmicas da capoeira e no decorrer das aulas, realizando modificações necessárias para incluir todos os participantes, potencializamos uma imersão nos contextos sociais e na construção de políticas públicas que englobem essas realidades, até então invisibilizadas, ou negadas, no seio da participação social.

Gabriela Tebet (2019, p. 139) nos coloca questões importantes quando pensamos nos bebês e a relação com as gerações: “Os bebês fazem parte da infância? Ou são um grupo distinto? Os bebês produzem e partilham culturas infantis?” Quando refletimos sobre essas questões, a partir das experiências que vivenciamos ali, começamos a perceber que, para além dos bebês integrarem a infância, eles produzem transformações no meio em que estão. E essas transformações passam por gerações e suas relações, como é o caso narrado acima: quantas vezes essas avós tiveram suas filhas negligenciadas quando bebês? Quantas vezes suas filhas, quando eram bebês, tiveram que ser deixadas de lado? Será que, ao integrarmos esses bebês nas atividades rompemos esse ciclo de invisibilidade? A resposta não temos, mas as questões ficam em nosso imaginário e em nossas reflexões diárias: incluir os bebês é também criar outra perspectiva para as gerações que antecedem e que podem vir a seguir.

Não foi apenas durante as aulas que os bebês foram considerados e tiveram seus espaços, mas nos momentos de escuta e de apoio psicossocial que as meninas tinham, em momentos mais individuais, para falar dos seus traumas⁶. Enfaticamente sobre vio-

6 Por uma questão de confidencialidade e proteção às crianças, não serão divulgados os dados contendo os tipos específicos de traumas e suas estimativas. Porém, de forma genérica, ressaltamos que, entre os principais traumas e episódios de abuso, encontram-se: violência psicológica, violência física, abuso sexual, abandono paterno e, conseqüentemente, união prematura

lações sexuais e abusos, fizemos uma estratégia de cuidado também aos bebês: quando a mãe vinha com seu bebê, esperávamos que ele se sentisse confortável em estar com uma de nós e o levávamos para outro ambiente, em convívio com outras crianças, e brincávamos.

Era comum que as meninas contassem sobre os abusos que sofreram, sobre os castigos e as violências englobadas na situação, e desses bebês frutos dessa relação. Nosso papel foi partilhado: de escuta atenta às meninas e do apoio a seguir, com encaminhamentos aos órgãos e serviços de acesso, e de estimulação e brincadeiras junto aos seus filhos. Normalmente, levávamos instrumentos musicais para tocar para os bebês, tornando o som mais ambiente e reconhecido durante as aulas de capoeira. Tratava-se, também, de um cuidado, atenção e constituição de linguagem sonora que se impunha à tarefa de comunicar com os bebês.

As estratégias metodológicas também se modificaram nos momentos de escuta das mães e na assistência psicossocial realizada, separando, naquele momento, as mães dos bebês e realizando outra atividade com eles, fazendo com que eles não participassem das sessões de terapia. Compreender que o bebê percebe as coisas e que o expor em situações desconfortáveis pode gerar desconforto e outros traumas associados, é possibilitar o direito ao bem-estar e à cidadania em um entendimento de que ele é uma pessoa, em formação e transformação naquele espaço.

Salutto (2020, p. 4) aponta que

Singularidades dos modos de se manifestar e expressar daqueles que têm sido denominados pelo termo bebês vêm ganhando expressividade no cenário da investigação científica, sobretudo na Educação Infantil (Guimarães, 2008; Coutinho, 2010; Mattos,

2018; Arruda, 2019). Tal movimento permite reconhecer a constituição de pelo menos dois movimentos que se articulam: a perspectiva de se assumir os bebês como categoria teórico-conceitual de investigação; redimensionamento dos sentidos e propostas no contexto da formação e das práticas de professoras e professores que trabalham com essas pessoas.

Quando não identificamos esses bebês e a sua presença, negamos a existência de uma vida que divide o mesmo espaço, do mesmo projeto, de um mesmo cenário. Colocar os bebês em situações adversas, como a exemplificada acima, é negar o direito básico de cuidado, afeto e atenção. Como argumenta Trindade (2002, p. 9), numa crítica sobre a pedagogia atual:

[...] um ciclo que acredito ser respaldador de preconceitos: a gente olha mas não vê, a gente vê mas não percebe, a gente percebe, mas não sente, a gente sente, mas não ama e, se a gente não vê a criança, a vida que ela representa, as infinitas possibilidades de manifestação dessa vida que ela traz, a gente não investe nessa vida, e se a gente não investe nessa vida, a gente não educa e se a gente não educa no tempo/espaço de educar, a gente mata, a gente não educa para a vida; a gente educa para a morte das infinitas possibilidades. A gente educa (se é que se pode dizer assim) para uma morte em vida: a invisibilidade.

Fazer com que a capoeira e sua prática dentro desse programa não se tornassem como mais um dos fatores de invisibilidade dos bebês e dessas vidas que iam se formando, era o desafio. Desafio dentro de uma lógica excludente, de políticas que passaram a olhar para as crianças e adolescentes a par-

tir de 2019, quando tornam ilegal e crime a união prematura no país, mas que ainda negam a vida desses bebês quando os únicos programas possíveis são para a não mortalidade infantil, diminuição de HIV/AIDS até os 5 anos de idade e registro de nascimento. Quando incluímos os bebês e a presença dentro de programas pensados para suas mães, possibilitamos a existência de produção de cultura e eles como agentes ativos de uma infância que começa a ser vivida.

Além disso, situar o debate sobre os bebês como categoria de prática, ação, e de estudo entre campos de conhecimento “equivale a um exercício de escavação, uma vez que não se encontram construções lineares ou claramente delimitadas para os bebês” (SALUTTO, NASCIMENTO, 2019, p. 21). E nossa prática, tal qual este exercício de reflexão textual, nos direciona para isso: um exercício de abertura não apenas para o debate, mas para os olhares, desejos e compreensão de que os bebês são corpo e ambiente presentes e atuantes.

Do mesmo modo que a prática deve incluir os bebês, a metodologia de campo deve considerá-los como agentes ativos dentro desse processo. Não se pode realizar uma etnografia sem que sejam identificadas, anotadas, teorizadas e refletidas a presença dos bebês e as mudanças em todo o entorno. Assumir os bebês e sua categoria de forma metodológica é considerar condição, situação e lugar (SALUTTO, 2020).

Costa e Sousa (2022, p. 4) refletem sobre o espaço como produção social do trabalho humano que,

[...] por outro lado, se faz presente na totalidade das relações sociais, não de forma determinista, mas como dimensão ontológica do ser humano, na indissociabilidade sociedade-espaço. Pensar na produção social que

permite a nossa produção como espécie em todas as dimensões, é pensar na produção do espaço que, por sua vez, é instância da produção social.

Se pensarmos a construção desse lugar em que os bebês estão e em sua construção como social, conseguimos abarcar um debate que vai além do registro informal sobre suas vivências, mas passa a englobar a presença, experiências e transformações que eles sugerem não apenas nos contextos trabalhados, mas nas possibilidades de mudanças nas políticas e práticas sociais a nível nacional.

Um dos momentos de maior surpresa ocorreu numa das últimas aulas antes do retorno de uma das pesquisadoras: foram 30 minutos de musicalidade. Essa atividade consiste em cantar músicas de capoeira e tocar os instrumentos como pandeiro, agogô e berimbau. Um dos instrutores estava tocando berimbau e uma das meninas tocava pandeiro, com seu bebê amarrado na neneca. Ao ouvir os instrumentos, a criança acordou, virou-se para o lado do instrutor e começou a movimentar os braços. Sua mãe mudou a posição e deixou o bebê com os braços livres. O bebê alcançou uma vareta e, junto ao instrutor, começou a tocar o berimbau, em sons e movimentos muito parecidos com o que estava tocando no ambiente. Depois disso, outro bebê passou a bater as mãos no pandeiro, e o riso das meninas tomou conta de todos. Naquele dia, a musicalidade foi guiada pelos bebês.

Delgado e Nörnberg (2013, p. 151) argumentam que os bebês “oferecem pistas aos adultos e possuem capacidade de intervir de forma ativa em todos os cuidados corporais e rotinas, desde que os adultos estabeleçam com elas uma comunicação sensível que as capacite a compreender sinais, gostos, sen-

sações de prazer e desprazer”. Ofertar espaços em que essas interações aconteçam é abrir um horizonte de sensações que alcançam esses bebês.

Quando os bebês deixavam de ser espectadores e passavam a ser participantes, a dinâmica da aula mudava por completo: as meninas ficavam mais risonhas, os corpos ficavam mais livres e a interação era mais compartilhada. O riso e o movimento dos bebês junto aos corpos de suas mães tornavam uma movimentação produtora de cultura, guiada pela musicalidade e pela participação dos bebês, fosse pelo modo como tocavam os instrumentos, seguindo e transformando o modo como os adultos faziam, fosse pela sonoridade corporal e de outros sons que se formavam no ambiente.

Neves (2021) afirma que “capoeira é memória viva, transmitida, guardada e transformada, principalmente, por seus guardiões e suas guardiãs, sendo estes/as praticantes que a produzem e reproduzem, a criam e recriam, a significam e ressignificam, e igualmente o fazem acerca de sua aplicação e, assim, de seu direcionamento” (2021, p. 29). Compreendemos os bebês como guardiões de uma ancestralidade, marcada pelas faltas e abusos e que, no devir do corpo-ambiente, embalados pela capoeira e com a mediação da participação, também escrevem história em um movimento cultural.

Lopes e Pereira (2020, p. 452) afirmam que “as enunciações humanas, as suas relações sociais, afetivas, espirituais e corporais podem ser produzidas também em cronotopos específicos, dada a condição individual e coletiva dos sujeitos e de suas vivências”. Ao considerarmos que a presença dos bebês não apenas modificou a estrutura do ambiente e formas de se pensar as metodologias das aulas, incorporando este estar ali, mas também produziu narrativas estéticas

e revolucionárias na capoeira e no próprio programa. Isso fez com que outras situações pudessem ser vivenciadas e exploradas, além da presença dos bebês como um fato contextualizado naquela população, com poderes de transformação e de atuação. Pensar os bebês protagonistas e revolucionários de uma história que inibia a infância a eles, em contextos adversos, é possibilitar o surgimento de novas histórias, etnográficas e ativas, de se estabelecer relação com eles e com o mundo.

Em diálogo com Lopes e Pereira (2020, p. 454), pensamos no exercício em “promover uma atividade para os bebês, numa perspectiva de seus protagonismos, de suas vivências, de suas enunciações através de narrativas previamente pesquisadas” como parte fundamental em que a musicalidade e presença deles “está em primeiro plano e a aposta nesse momento da vida”. Ao ofertarmos essa troca junto aos bebês e nessa possibilidade de enunciações através de suas vivências, possibilitamos o desenvolvimento de uma perspectiva de situação social comum, política e cultural, em que o protagonismo dos bebês passa também a ser considerado (MORUZZI; ALONSO, 2020).

Mesmo não sendo o objetivo do projeto, e da pesquisa, a presença dos bebês proporcionou momentos únicos de vivência e de trocas entre eles, as mães, as outras participantes e os adultos que compunham a equipe. Sem a experiência de campo, de ir ao encontro dessa população e da situação real contextualizada, não há como realizar um programa global que, de fato, faça transformação social e cultural na vida das meninas e de seus bebês e que, além sujeitos de ação, sejam considerados desde a concepção do projeto e das políticas até sua atuação nos territórios e comunidades.

Considerações finais

Do mesmo modo que Lopes e Pereira (2020, p. 465) afirmaram sobre a produção de seu artigo, que “só foi possível assumirmos a arquitetônica deste texto a partir do alargamento de reflexões sobre outras possibilidades de fazer ciência, uma ciência outra ou heterociência, que nos possibilitou esse encontro da arte com a vida”, o nosso também se fez assim: numa reflexividade entre prática e teoria, uma metodologia que pode começar a se dizer “revolucionária”. Isso foi possível através de um olhar que permeia uma produção cultural que engloba todos os atores presentes.

Foi a partir dessas percepções, questionamentos e cenários que iniciamos o desenho de uma perspectiva de pesquisa que possibilita fazermos, junto com os bebês, o desenvolvimento de políticas públicas e sociais que olhem para a vida e para o esporte, a dança, a música e a presença em espaços não-institucionalizados de forma atravessada: pela vida, pelos meios, pelo estético, pelo poético, pela dor, pela potência.

Este trabalho teve por objetivo possibilitar uma abertura para reflexões que se dão no campo da prática e do fazer, e que quando se volta às pesquisas, encontra lacunas importantes.

Lamentavelmente, na antropologia (e não somente) ainda há poucas pesquisas e teorias sobre bebês, assim como na produção de políticas públicas que os considerem como parte essencial de um projeto de cidadania abrangente e democrático. Este texto teve a prerrogativa de se assumir tal qual a pesquisa em si, inacabado, cheio de lacunas e incertezas, mas com o compromisso de iniciar uma discussão que considere a presença e a vida dos bebês em estudos, fazeres e culturas. Pensar na incorporação

dos bebês é ir além do etarismo e ampliar os princípios éticos da pesquisa que se baseiam em alteridade, diversidade e que se quer, de fato, política.

Referências

A HISTÓRIA da capoeira no Brasil. Câmara dos Deputados. Parlamento Jovem Brasileiro. 05 jul. 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem/noticias_para_voce/a-historia-da-capoeira-no-brasil. Acesso em: 14 out. 2023

BUSS-SIMÃO, M; ROCHA, E. A. C.; GONÇALVES, F. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. Brasília: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 96, n. 242, p. 96-111, jan./abr.; 2015.

CARVALHO, M. *et al.* Editorial. Dossiê Antropologia com bebês e suas cuidadoras. Revista *Áltera*, n. 8. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2019v1n8.47239>. Acesso em: 23 jul. 2023

COSTA, B. M. F; SOUSA, C. S. G. Infâncias e espacialização da vida na cidade: diálogos com Martha Muchow. *Instrumento: rev. est. e pesq. em educação*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 341-357, maio/ago. 2022.

DELGADO, A. C. C; NÖRNBERG, M. Do abrir-se aos pontos de vista e forças do desejo dos bebês e crianças bem pequenas. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 19, n. 38, p. 147-167, jan./abr. 2013.

GOBBATO, C.; BARBOSA, M. C. S. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. *Humanidades e Inovação*, Palmas-TO, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017.

GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, 2009.

GOTTLIEB, A. *The Afterlife Is Where We Come*

- From: The Culture of Infancy in West Africa. Chicago: University of Chicago Press. 2004.
- GOTTLIEB, A.; DELOACHE, J. S. A World of Babies: Imagined Childcare Guides for Eight Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- IMOH, A.; TETTEH, P. M.; ODURO, G. Y. Searching for the everyday in African childhoods: introduction. *Journal of the British Academy*, 10(s2), 1–11. Disponível em: <https://doi.org/10.5871/jba/010s2.001> 2022. Acesso 15 jul. 2024
- LOPES, J. J. M.; PEREIRA, L. M. Teatro com bebês, movimentos enunciativos e estéticos. Dossiê Bebês e crianças: cultura, linguagem e políticas. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/45961>. Acesso em: 13 jul. 2024
- MEAD, M.; BATESON, G. *Balinese character: a photographic analysis*. New York: New York Academy of Sciences, 1962. Special publication, v. 2.
- MEAD, M.; MacGREGOR, F. C. *Growth and culture: a photographic study of Balinese childhood*. New York: Putnam, 1951.
- MOÇAMBIQUE: revogado decreto que discrimina meninas grávidas. 27 dez. 2018. E-GLOBAL. Disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/mocambique/mocambique-revogado-decreto-que-discrimina-alunas-gravidas/>. Acesso em: 15 abr. 2024
- MORUZZI, A. B.; ALONSO, G. Bebês e crianças bem pequenas no debate sobre cultura infantil. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 6, n. 2, p. 653-675, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/45966>. Acesso em: 23 maio 2024
- NEVES, M. L. B. P. Copo de veneno: reflexões sobre corpos de capoeira na práxis educacional de Frederico José de Abreu. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37324>. Acesso em: 23 maio 2024
- PASTORE, M. N. Play, create, transform: a pluriverse of children and childhoods from southern Mozambique. *Journal of the British Academy*, London, v. 10s2, p. 111-132, 2022.
- PASTORE, M. N. O tempo do brincar: narrativas visuais a partir de experiência etnográfica. *Revista da Fundarte*, Montenegro-RS, v. 42, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/796>. Acesso em 15 jul. 2023
- PASTORE, M. N.; Só se vive de verdade no campo. *Temáticas*, Campinas, v. 26, p. 149-178, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11620>. Acesso em: 15 jul. 2023
- PASTORE, M. N.; BARROS, D. D. Vivências e percepções acerca da educação em Moçambique: olhares etnográficos em uma escola primária no bairro da Matola A. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 35, p. 149-169, 2018.
- PASTORE, M. N.; BARROS, D. D. A infância e o ser criança em uma comunidade moçambicana: dinâmicas de socialização, culturas e universos infantis a partir de uma vivência etnográfica. *Revista África(s)*, Salvador, v. 3, p. 20-35, 2016.
- PASTORE, M. N.; BARROS, D. D. A cultura do brincar e a socialização infantil: percepções sobre o ser criança numa comunidade moçambicana. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 23, p. 599-609, 2015.
- PASTORE, M. N.; PIRES, F. Crianças moçambicanas em tempo de distanciamento social. *Revista África(s)*, Salvador, v. 7, p. 289-310, 2020.
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PLOENNES, C. Incluir os bebês é preciso. [Entrevista com Fúlvvia Rosenberg]. 15 set. 2014. *Revista Educação*. São Paulo. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2014/09/15/incluir-os-bebes-e-preciso/>. Acesso em: 15 ago. 2023
- ROSC. *Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança*. Lei de Prevenção e Combate às Uniões

Prematuras, 2023.

SALUTTO, N. “É preciso incluir os bebês!” Sentidos e apostas no diálogo com mulheres-mães. *Linhas Críticas*, 26, e33976. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.33976>. . Acesso em: 20 ago. 2024

SALUTTO, N; NASCIMENTO, A. M. Onde estão os bebês? reflexões para sua construção conceitual a partir de um debate interdisciplinar. Dossiê Antropologia com bebês e suas cuidadoras. *Álteras: revista de antropologia*, João Pessoa, n. 8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2019v1n8.40759>. Acesso em: 05 jul. 2024

TEBET, G. *Estudos de bebês e diálogos com a Sociologia*. Pedro e João Editores, 2019.

TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNICEF. UNFPA-UNICEF Global Programme to End Child Marriage. Driving action to reach the girls at greatest risk. *VOW for Girls*, New York, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/protection/unfpa-unicef-global-programme-end-child-marriage>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RESUMO

Esse artigo foi motivado pela participação de uma das pesquisadoras em um projeto de combate a uniões prematuras, na região central de Moçambique, intitulado Capoeira Para um Futuro, como parte do Programa Global pelo Fim do Casamento Infantil (2016). Inteiramente pensado, nesta região, para as meninas (crianças e adolescentes), o projeto não contemplava os frutos dessas uniões, o que culminou para mudanças significativas em sua forma de existir. Metodologicamente, estamos apoiadas na revisão bibliográfica de autoras das áreas de antropologia e educação que tratam da participação social dos bebês, na contextualização da Lei De Prevenção e Combate às Uniões Prematuras de 2019 e no trabalho de campo realizado. A invisibilidade dos bebês no desenho das políticas públicas e na própria academia é a face avessa da sua presença real massiva. Concluímos que uma cidadania realmente democrática e inclusive precisa tratar os bebês como sujeitos de políticas públicas que atendam aos seus próprios interesses e necessidades.

PALAVRAS-CHAVE

Moçambique. Bebês. Uniões prematuras. Gravidez precoce.

ABSTRACT

This article was motivated by the participation of one of the researchers in a project to combat premature unions, in the central region of Mozambique, entitled Capoeira For a Future, as part of the Global Program for the Child Marriage (2016). Entirely designed, in this region, for girls (children and teenagers), the project did not include the fruits of these unions, which resulted in significant changes in their way of existing. Methodologically, we are supported by a bibliographical review of authors who deal with the social participation of babies, in the areas of anthropology and education; contextualization of the Law to Prevent and Combat Premature Unions of 2019, and fieldwork carried out. The invisibility of babies in the design of public policies and in academia itself is the flip side of their real massive presence. We conclude that a truly democratic citizenship needs to include babies as subjects of public policies that meet their own interests and needs.

KEYWORDS

Mozambique. Babies. Premature unions. Early pregnancy.

Recebido em: 13/11/2023

Aprovado em: 11/07/2024